

MUJERES, CASAS Y CIUDADES: más allá del umbral

Carolina Frasson Sebalhos¹
Daniela Cristien Silveira Mairesse Coelho²



De Zaida Muxí Martínez³.
Barcelona, Eitora dpr-barcelona. Lançamento:2018.

A complexidade da obra de Muxí impossibilita qualquer tentativa de um compilado de ideias, de modo que a intenção desta resenha de *Mujeres, casas y ciudades* é um convite à leitura.

O trabalho intelectual da autora consolida uma nova historiografia sobre a arquitetura, ressaltando como os papéis de gênero nas sociedades ocidentais moldaram a casa e a cidade, além de evidenciar as mulheres que participaram ativamente na história da arquitetura e das construções.

¹ Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Urbanismo Contemporâneo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPel). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana (UFN).

² Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestranda em Direito, na linha de pesquisa Direito e Vulnerabilidade Social, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (PPGD-UFPel). Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA).

³ Zaida Muxí Martínez, arquiteta pela Universidade de Buenos Aires e doutora pela Universidade de Sevilla é especialista em urbanismo, arquitetura e gênero. Autora de diversas obras, entre elas *La arquitectura de la ciudad global, Postsuburbia, Arquitectura y Política* em coautoria com Josep Montaner e coeditora do *Archivo crítico Modelo Barcelona*.

A dimensão de dar visibilidade a essas histórias projeta um novo capítulo na contribuição de epistemologias feministas à arquitetura. Nessa conjuntura, não há como retornar ao momento anterior à leitura, porque o protagonismo das mulheres nessa reorientação histórica possibilita a emergência de questionamentos acerca da universalidade e neutralidade nas narrativas.

Mujeres, casas y ciudades pode ser considerado um manifesto, uma ferramenta de denúncia da contribuição dos homens para o apagamento das histórias e criações de mulheres na arquitetura. A obra é um fôlego dentre tantas perspectivas estritamente masculinas sobre a história, a cidade, a sociedade e a vida cotidiana. Deve-se ressaltar que o texto não se limita a visibilizar apenas o contexto europeu e norteamericano, pois também abarca a experiência de mulheres na América Latina, à exemplo de Carmen Portinho⁴, Lota de Macedo Soares⁵ e etc. Por essa razão, torna-se uma contribuição significativa na produção do conhecimento em arquitetura, especialmente pela reorientação a que se propõe.

Não obstante, é importante ressaltar que a perspectiva apresentada pela autora destaca a *mulher* a partir da compreensão do feminismo branco, uma vez que retrata essa figura feminina resguardada ao lar, tolhida do direito ao trabalho, responsável pelos cuidados dos filhos e da casa. Como o objetivo da reflexão da autora é dar visibilidade às mulheres, é importante delimitar o alcance desse termo, uma vez que o feminismo negro evidencia a situação periférica em que foram colocadas as mulheres negras nas lutas feministas, haja vista a participação ativa dessas mulheres no campo do trabalho – inclusive braçal – e no cuidado das casas de mulheres brancas⁶.

A obra possui nove capítulos, onde a nova narrativa se inicia desde antes do século XIX, evidenciando o protagonismo das mulheres na arquitetura e na cidade, perpassando a revolução social, a prática arquitetônica exercida por mulheres sem formação universitária até as primeiras arquitetas graduadas, as pioneiras modernas, as casas como interesse central das mulheres, a terceira e quarta geração de arquitetas (dos anos 50 a 60) e, por fim, o urbanismo moderno. À guisa de conclusão, Muxí ressalta a importância do conhecimento e divulgação da trajetória de mulheres que nos antecederam.

De início, a autora coloca como sua tese principal a posição das mulheres como *outras* que contribuíram e contribuem para repensar a prática da arquitetura e do urbanismo. O título da obra também é justificado, uma vez que a casa para Muxí representa a arquitetura e, a cidade, o urbanismo.

Dentro do espaço privado, a casa corresponde ao primeiro lugar de socialização em que são construídos os papéis associados a cada gênero, “o espaço não é neutro e portanto, a maneira em que se divide, se articula e se hierarquiza influi diretamente no desenvolvimento das relações e as pessoas que o habitam” (l. 403, tradução nossa)⁷. A cidade, por sua vez, é considerada uma extensão da casa, o segundo espaço público de socialização, nela convivem os papéis de gênero, classes, sexo, origens, idades.

⁴ A terceira mulher a se graduar em engenharia civil no Brasil, nomeada diretora de obras e vias do Distrito Federal, graduada em Urbanismo pela Universidade do Distrito Federal, participou do movimento sufragista brasileiro ao lado de Bertha Lutz, fundou a Associação brasileira de engenheiras e arquitetas.

⁵ Responsável pelo projeto do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro.

⁶ Nesse ponto, relembramos Sojourner Truth, abolicionista norte-americana que teve seu discurso publicado no *Anti-Slavery Bugle*, em 1851.

⁷ No original: “El espacio no es neutro y por lo tanto la manera en que se divide, se articula y se jerarquiza influye directamente en el desarrollo de las relaciones y las personas que lo habitan”.

As histórias da construção e da questão de gênero no ocidente evidenciam o apagamento sofrido pela mulher. No caso específico da arquitetura, basta ver que o homem foi construído como a medida da perfeição, de modo que a cidade passou a refletir proporções e adaptações dos espaços pela referência masculina. À exemplo disso, a autora critica o Modulor, de Le Corbusier e o sistema de medidas de Ernst Neufert.

Nesse contexto, se o elementar na arquitetura são as medidas, pode-se afirmar que a dominação exercida sobre a mulher é também efetivada pela teorização, aliada a um discurso cultural e educacional que reserva às mulheres um espaço de subalternidade. A autora retrata a casa como um lugar fundamental para a construção da divisão sexista de tarefas. Isso pode ser explicado pela forma como arquitetos planejavam e construíam as casas sob a perspectiva da experiência masculina de seu uso, um lugar de descanso e do privado que não se aplicava às mulheres donas de casa. A dicotomia público e privado também é construída a partir disso, e apesar de convencionalmente acreditar-se que o espaço privado é o *lugar da mulher*, ambos espaços são de obrigação e cumprimento do papel de gênero.

A retrospectiva histórica evidencia que a casa romana era o espelho da sociedade que, em contraposição às casas gregas, refletia as mulheres de forma mais igualitária. Em outras palavras, na Grécia, os espaços públicos da casa destinados a receber visitas eram permitidos apenas às mulheres prostitutas, estrangeiras e escravas. Isso significa que as filhas e as esposas gregas eram impedidas de frequentar determinados espaços da casa, à exemplo dos *andrôn*⁸. Os quartos das esposas e filhas, denominados de *gineceos*, situavam-se de modo que fossem imperceptíveis às partes públicas da casa. Nas palavras da autora, “a cidade e a casa são a representação das hierarquias e poderes” (l. 637, tradução nossa)⁹.

Após esse período, as mulheres continuaram sendo propriedades dos homens, porém, algumas dessas mulheres recusavam o cumprimento desse papel de subjugação. Nos Países Baixos, algumas viúvas ricas e herdeiras criaram um sistema urbano independente, autorregulado e autossuficiente – as *beguinages* ou *cohousings* – possibilitando o trabalho e o estudo, distanciando-as das incumbências maternas, matrimoniais e de castidade. Esse sistema ainda é descrito como um convento quando, na versão das mulheres, consistia em um espaço de produção e transmissão de conhecimento.

No contexto do século XIX, com a vinda das famílias camponesas para a cidade, emerge o controle moral da Igreja e da aristocracia sobre a sociedade, dando origem a leis trabalhistas que, mascaradas pelo viés protecionista, tolham as mulheres do trabalho laboral após o matrimônio, desvalorizando sua mão de obra. Nessa conjuntura, perpetuou-se o lugar da mulher como dona do lar, cuidadora dos filhos e da casa, controlada pelo marido que obtinha a posse de seus bens e, muitas vezes, seu salário.

A atitude da Igreja e da aristocracia buscava afastar a mulher da participação social, mas não foi suficiente para impedir que essas mulheres formassem grupos de discussão e reivindicação de melhorias na cidade. Esses movimentos sociais, como o *Settlement Movement* (Inglaterra e Estados Unidos) e o *Municipal Housekeeping* (Estados Unidos) transformaram bairros, ruas, lugares públicos e praças, além

⁸ Quarto/parte da casa reservada aos homens.

⁹ No original: “*la ciudad y la casa son la representación de las jerarquías y poderes*”.

de protagonizarem a criação de escolas maternas para as(os) filhas(os) das(os) trabalhadoras(es).

A prática arquitetônica para as mulheres teve início no interior de suas residências, isso porque tinham contato com irmãos, pais ou parentes próximos que exerciam a profissão e compartilhavam seus conhecimentos. Entre as primeiras tratadistas acerca da vida doméstica, Catharine Beecher, apesar de não se opor aos papéis de gênero impostos às mulheres, pleiteava que as casas deveriam ser projetadas para facilitar os afazeres domésticos, além de abarcar as experiências dessas mulheres para a construção de seus lares.

Um dos pontos altos da obra é a referência sobre a cozinha e sua função social de manter a mulher no interior da casa. Na segunda metade do século XIX, Melusina Fay Pierce, ao tecer críticas sobre a economia doméstica, propõe o fim das cozinhas dentro de casa, isso porque as tarefas domésticas eram monótonas e prejudicavam as mulheres que possuíam outras ambições além dos cuidados da casa. Sua motivação perseguia a mesma lógica da redefinição dos espaços produtivos e reprodutivos da industrialização, como as escolas e hospitais que foram retirados do ambiente residencial. Pierce questionava por qual razão a cozinha continuava no interior das casas se poderia ser uma instituição, haja vista ser uma atividade que requer maquinário e especialização. Se o Estado atribuiu para si o controle das escolas e dos hospitais, a manutenção da cozinha dentro das residências significava o controle da mulher pela sociedade através da família.

Ao citar as primeiras arquitetas sem formação universitária, Muxí percorre o caminho desde as pioneiras vitorianas que, através do desenho e da cópia de plantas, assumiam a responsabilidade pelos trabalhos de menor prestígio. Essas atividades foram convenientemente atribuídas às mulheres por seu estereótipo de paciência e atenção aos detalhes, também designando a elas os menores salários. Apesar dos avanços das vitorianas em escreverem sua própria história, as oportunidades dadas às mulheres dependiam de seu status social.

Como muitas universidades não aceitavam mulheres como estudantes na arquitetura, a formação para exercê-la poderia ser recebida através de outros campos de conhecimento próximos, como o design. Ainda que as oportunidades fossem escassas nas universidades privadas, à exemplo da Universidade de Columbia¹⁰, as instituições públicas aceitaram com maior facilidade que mulheres fizessem parte do corpo discente dos cursos de arquitetura.

A autora cumpre a proposta da obra ao denunciar o apagamento de arquitetas e desenhistas da vanguarda da modernidade, trazendo à tona a colaboração e participação de mulheres em projetos com seus colegas de trabalho ou parceiros sentimentais. Essas profissionais, embora tivessem alcançado níveis de reconhecimento significativos nos escritórios – haja vista que, num momento anterior, não tinham acesso ao estudo da arquitetura – permaneciam desvinculadas do crédito por suas obras e do reconhecimento como parceiras em premiações da área. Nesse sentido, os homens permaneceram e permanecem detentores do reconhecimento profissional, enquanto as mulheres permanecem às sombras.

Assim, Muxí apresenta múltiplos perfis de arquitetas que fizeram história no período moderno, suas preocupações com o meio ambiente, com arquitetura local, suas críticas

¹⁰ Permaneceu excluindo mulheres 25 anos depois da criação da carreira de arquitetura em 1881.

há simplificação funcional da cidade derivada da Carta de Atenas e as participações nos CIAMs. Além disso, evidencia o trabalho do grupo *Matrix*, composto por mulheres de distintas origens, raças e sexualidades que estudam o ambiente construído, a cidade, os edifícios e sua serventia às mulheres. São muitas as mulheres envolvidas na história da arquitetura trazidas na obra, o que evidencia o trabalho magistral da autora.

A partir dessas considerações, é importante ressaltar que Muxí cita dificuldades na construção desse novo capítulo na história da arquitetura. Sabe-se que o exercício historiográfico é, em diversas áreas, composto por uma perspectiva hegemônica - misógina, machista, patriarcal, racista, sexista, heterossexual, classista, europeia e cristã - resistente a modificações. É imprescindível reconhecer que Muxí, ao reverter essa narrativa, liquida uma dívida histórica que os homens tem com as mulheres. Em suma, a autora faz o que todas as mulheres da história fizeram: responsáveis pelas próprias narrativas, abrem caminho para que outras mulheres possam existir.

Referências Bibliográficas

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Mujeres, Casas y Ciudades: más allá del umbral*. Barcelona: dpr-barcelona, 2018.

PAINTER, Nell Irvin. *Sojourner Truth: a life a symbol*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1997.